

A HETEROGENEIDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Mônica Ferreira Cassana¹

Luísa Oliveira da Fonseca

2

Resumo: O presente trabalho propõe uma análise discursiva de um recorte de uma entrevista jornalística sobre um crime de feminicídio. Ancorado na Análise de Discurso de linha francesa, especialmente nos aportes de Michel Pêcheux, o estudo investiga a heterogeneidade discursiva presente no discurso jornalístico. Nossa hipótese é a de que, no caso analisado, há um atravessamento de outros discursos, em especial, do jurídico. Assim, interessa-nos observar como tais discursos se produzem no espaço jornalístico-midiático, desvelando como os modos de inserção do outro no discurso, a imputação da dúvida e os movimentos de silenciamento podem operar como mecanismos de apagamento de determinadas posições-sujeitos, interferindo diretamente na construção de sentidos sobre justiça e responsabilização.

Palavras-chave: Análise do discurso; Heterogeneidade; Feminicídio; Discurso jornalístico.

HETEROGENEITY IN JOURNALISTIC DISCOURSE ON VIOLENCE AGAINST WOMEN

Abstract: This paper presents a discursive analysis of an excerpt from a journalistic interview concerning a case of femicide. Anchored in the French Discourse Analysis, especially in the contributions of Michel Pêcheux, the study investigates the discursive heterogeneity present in journalistic discourse. We hypothesize that, in the cases analyzed, there is an intersection with other discourses, especially with legal discourse. Thus, we are interested in observing how such discourses are produced in the media, revealing the ways in which the other is inserted into the discourse, the imputation of doubt, and the movements of silencing can operate as mechanisms for erasing certain positions of subjects, directly interfering in the construction of meanings about justice and accountability.

Keywords: Discourse analysis; Heterogeneity; Femicide; Journalistic discourse.

Considerações iniciais

Na perspectiva da Análise de Discurso de linha francesa, o discurso não é reflexo imediato da realidade e nem simples transmissão de informações, mas um espaço de constituição de sentidos,

1 Professora nos cursos de graduação e pós-graduação em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Letras. E-mail para contato: monica.cassana@ufrgs.br

2 Pesquisadora de iniciação científica e graduanda em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail para contato: luisafonsecah9@gmail.com

atravessado pela ideologia e pela memória. Nessa concepção, todo o dizer é sempre efeito de condições de produção específicas, delimitado por formações discursivas que definem o que pode e deve ser dito.

Partindo desse entendimento, olhar para o discurso jornalístico, especialmente em contexto de violência de gênero, não significa concebê-lo como relato neutro ou transparente. Pelo contrário, permite perceber como a materialidade discursiva é atravessada pela ideologia que, dentre seus efeitos, estabiliza determinadas representações – no caso deste trabalho, sobre a mulher, sobre a violência e sobre a justiça – e silencia outras.

Para investigar como esse discurso opera na construção de sentidos sobre a violência contra a mulher, o presente trabalho se ancora na Análise de Discurso de linha francesa e nas teorias que nela se avizinham, especialmente Pêcheux (1975; 1990), Orlandi (2012) e Authier-Revuz (1998). O corpus analisado consiste em uma cena discursiva (Cassana, 2018) na qual, ao vivo e em programa matinal, uma jornalista fala, ao pai de uma mulher vítima de feminicídio, sobre uma possível elucidação do crime. Na transcrição dessa cena, marcada por forte apelo emocional e pela espetacularização da dor, observamos a emergência de um funcionamento discursivo que articula denúncia e entretenimento, em um atravessamento do discurso midiático no discurso jornalístico, que passa a ser visto como um “espaço discursivo que comporta em si o jornalístico, o publicitário, o entretenimento” (Dela-Silva, 2021, p. 49).

Nesse espaço, o corpo feminino é tomado como uma materialidade discursiva que se torna objeto do discurso jornalístico ao ser inserido em práticas midiáticas que o narram e o organizam sob determinadas perspectivas. Trata-se de compreender como o corpo da mulher, uma vez tornado notícia, é significado a partir de uma lógica discursiva que o transforma em

lugar de inscrição de sentidos sobre a tragédia. Assim, refletir sobre como o corpo feminino é discursivizado pelo discurso jornalístico sugere não apenas sentidos/sintomas do nosso tempo, mas como esses sentidos serão inscritos historicamente.

O objetivo de nosso trabalho é, portanto, analisar os efeitos de heterogeneidade discursiva, que se manifestam na materialidade desse discurso, compreendendo como o outro é inscrito no interior do dizer do eixo jornalístico-midiático. A noção de heterogeneidade, tal como proposta por Authier-Revuz (1998), permite-nos refletir sobre os modos como diferentes gestos enunciativos atravessam o discurso, ora sendo explicitamente citados (como nos trechos de discurso direto, com o espectador e com o pai), ora sendo apenas sugeridos, diluídos ou apagados em movimentos de reformulação da violência.

É nesse ponto que emerge uma problemática deste trabalho: em que medida a reiterada exposição da violência contra mulher no discurso jornalístico, sob pretexto de informação, contribui para sua normalização? Como a transcrição analisada – marcada por glosas, ausências e atravessamentos – demarca o corpo da mulher? Como o gesto de relatar “como foi/aconteceu”, em detalhes, opera para a normalização e reprodução simbólica dessa violência?

Referencial teórico

Diante dos dados publicados pelo 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública — que registra, somente em 2024, 1.492 mulheres assassinadas em razão de sua condição de gênero — torna-se necessário questionar se o discurso jornalístico, através de um lugar específico que ocupa em nossa formação social, atua, em vez de prevenir ou combater o fenômeno da violência, no sentido oposto, naturalizando a violência de gênero. Sobre essa questão, retomamos Safiotti,

a qual afirma que passamos a nos acostumar com essa forma de ver o mundo e de estar no mundo, significando que o entendimento sobre a violência acaba sendo aceito como “verdadeiro e único” (2015, p. 18). Segundo a autora:

Sobretudo em se tratando de violência de gênero, e mais especificamente intrafamiliar e doméstica, são muito tênues os limites entre quebra de integridade e obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres: sujeição aos homens, sejam pais ou maridos. Desta maneira, cada mulher colocará o limite em um ponto distinto do continuum entre agressão e direito dos homens sobre as mulheres. Mais do que isto, a mera existência desta tenuidade representa violência. Com efeito, paira sobre a cabeça de todas as mulheres a ameaça de agressões masculinas, funcionando isto como mecanismo de sujeição aos homens, inscrito nas relações de gênero. Embora se trate de mecanismo de ordem social, cada mulher o interpretará singularmente. Isto posto, a ruptura de integridades como critério de avaliação de um ato como violento situa-se no terreno da individualidade (Safioti, 2015, p. 79-80).

A publicação do referido documento também informa que, a cada ano, há um aumento no número dos crimes de feminicídio no Brasil. Esses dados traduzem uma realidade que muitas vezes pode ser ainda mais cruel. A violência contra a mulher não decai, apesar do aumento das discussões sobre o tema, da disponibilização de canais de denúncia e da criação de órgãos especializados.

No discurso, a banalização da violência torna essa realidade ainda mais presentificada no cotidiano. O discurso jornalístico parece escancarar essa realidade, pois a violência de gênero ganha um efeito público, de denúncia, mas, ao mesmo tempo, traveste-se de espetáculo. Por que não ocorre uma diminuição desses crimes? Por que isso permanece como uma ferida, como um sintoma da nossa sociedade? Se, para Debord (1997, p. 14), “o espetáculo não é conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens”, percebemos a violência contra a mulher como

mais uma forma de publicizar a vida íntima através do envolvimento do público (no caso de nossa análise, sujeitos telespectadores de um programa de televisão) e da lucrativa audiência.

Esse funcionamento mostra como os discursos sobre violência contra a mulher são constituídos em uma rede heterogênea atravessada por formações discursivas jurídicas, religiosas e midiáticas, nas quais a mídia assume o papel central na legitimação de sentidos, como propõe Silva et al (2022), já que esse tipo direcionado de violência “durante muito tempo foi, e ainda é em grande medida, discursivizada como supostamente resultante de ciúmes do que deveria ser seu companheiro, inconformismo com o término, descontrole ou até ‘paixão’”. Nessa direção, entendemos que esse funcionamento discursivo não apenas desloca a violência de seu caráter estrutural, mas também atua como forma de apagamento e silenciamento, produzindo efeitos que normalizam a desigualdade de gênero e transformam o corpo feminino em “objeto de”, reduzido a espetáculos e estatísticas

Neste artigo, seguimos a proposição de que o discurso jornalístico é espaço de tensão entre acontecimento e memória (Mariani, 1998), e que seu funcionamento discursivo envolve tanto a reatualização de sentidos quanto a tentativa de organizá-los de maneira socialmente aceitável. Buscamos, no batimento entre teoria e análise, compreender quais as relações entre o funcionamento da linguagem nas materialidades jornalísticas que noticiam feminicídio –, nesse caso, através da transcrição de uma reportagem –, tendo como eixo central as noções de heterogeneidade enunciativa, glosa, silenciamento e atravessamento entre discursos.

À luz de Authier-Revuz (1990; 1998), as glosas metaenunciativas podem ser compreendidas como comentários que o sujeito-enunciador realiza sobre o próprio fio do seu dizer. Essas glosas funcionam como indícios

de uma não-coincidência entre o sujeito e suas palavras, marcando um ponto de vacilo, de ajuste ou negociação de sentidos diante do outro. No contexto da entrevista ao vivo aqui transcrita, esse movimento pode ser analisado mais pontualmente, pois não há a possibilidade de reescrita e edição, fazendo com que os dizeres não possam ser reformulados ou repensados, ou seja, tais dizeres só podem ser realizados em tempo real.

Assim, buscamos compreender como o corpo feminino é discursivizado pelo discurso jornalístico, considerando que o corpo da mulher, ao tornar-se notícia, passa por processos de dessubjetivação. Em nossas análises, investigamos como, nesse processo, a mulher vítima de feminicídio passa a ser retratada ainda como um corpo desalojado da condição subjetiva, ou seja, a mulher é tomada como um objeto, muitas vezes sendo tratada como a causadora da própria violência sofrida.

Ao nos depararmos com o discurso, um dos primeiros ofícios a qual somos introduzidos, é o afastamento da ideia de que ele se apresenta como um reflexo da realidade. Na Análise do Discurso de linha francesa, o discurso é compreendido como um lugar de constituição de sentidos atravessado por ideologia, memória e história. Trata-se de uma concepção em que o sujeito não é fonte originária do dizer, mas seu efeito, posicionado através de formações discursivas (FDs) que delimitam o que pode e deve ser dito, de que forma e por quem.

De acordo com Pêcheux (2014 [1975]), o sujeito é interpelado pela ideologia. Assim, essa teoria compreende que os sentidos não são fixos nem individuais, mas atravessados pela história e pela ideologia, e se realizam em condições de produção específicas. Orlandi (2012) complementa que o discurso é um lugar de opacidade, em que há sempre algo que escapa, um não dito que organiza e determina o que pode ser dito.

Os sentidos emergem do batimento entre estrutura e acontecimento, e a análise não busca interpretar intenções conscientes, mas compreender “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar” (Foucault, 1995, p.33). Assim, desloca-se o olhar da transparência das palavras para os modos de inscrição do já-dito, das marcas do outro e dos efeitos de regulação ideológica que organizam do dizer.

Nesse processo, torna-se central a noção de heterogeneidade(s), conforme formulada por Jacqueline Authier-Revuz (1998). A autora introduz a noção de heterogeneidade constitutiva, demonstrando que todo dizer é atravessado por vozes outras, ou seja, pela impossibilidade de um discurso de ser absolutamente homogêneo. Também teoriza as formas de heterogeneidade mostrada, que se manifestam por marcas linguísticas que revelam a presença do outro no enunciado. Essa segunda pode ser marcada (aspas, glosas, discurso direto/ indireto), ou não marcada (ironia, discurso indireto livre), quando a presença do outro não é mostrada no fio do dizer, embora possamos compreender – pela memória do dizer e pelas condições de produção do discurso – a presença do outro.

Para a autora:

O sujeito vale-se da heterogeneidade mostrada em uma atividade de controle-regulagem do processo de comunicação [...] que visa controlar ilusoriamente os efeitos de sentido e a presença do ‘outro’ em seu discurso (Authier-Revuz, 1990, p. 14),

Esse funcionamento é particularmente importante porque o discurso jornalístico se vale de glosas e reformulações para produzir sentidos e construir efeitos de objetividade e neutralidade. Dessa forma, articulamos tais reflexões com o corpus coletado, buscando entender os modos

como se produzem efeitos de apagamento do corpo e da mulher bem como a espetacularização no tratamento dos feminicídios. Ao mesmo tempo, na próxima seção, intentamos mostrar como a heterogeneidade enunciativa contribui para construir uma discursividade que sustenta ideologicamente relações de violência e exclusão de mulheres, e a forma como o discurso jornalístico mostra a violência sobre seus corpos.

Procedimentos metodológicos

O corpus selecionado consiste em um recorte de uma entrevista televisionada ao vivo, conduzida por uma apresentadora (aqui denominada sujeito-apresentador), em um programa de televisão exibido em 07 de março de 2025 pela rede Globo de televisão. Na ocasião, o sujeito-apresentador relata, ao pai de uma mulher vítima de feminicídio, a notícia sobre a possível resolução do crime. Para nossa análise, nos utilizamos do recorte feito entre a minutagem 07:53 e 09:40.

Para explicitar as condições de produção desse discurso, o recorte foi selecionado por mostrar a interação do sujeito-apresentador com o outro, no caso, o pai da mulher vítima de feminicídio. Além disso, chamou-nos a atenção o caráter espetacularizador da violência, devido ao fato de o sujeito-apresentador comunicar, em primeira mão, quem era o responsável pelo crime cometido contra a mulher, filha do então entrevistado. Televisionada em um programa matinal, a cena marcada por forte apelo emocional e pela oralidade característica de um programa ao vivo, caracterizado pela linguagem que não pode ser editada ou reescrita – como ocorre, por exemplo, em manchetes e reportagens previamente roteirizadas –, essa cena discursiva implica um tipo de materialidade distinta, em que o dizer se organiza na presença do outro, em tempo real, sem possibilidade de controle total sobre a interlocução.

A transcrição da entrevista foi organizada

em duas sequências discursivas (SDs), de modo a evidenciar os diferentes movimentos do discurso ao longo do programa. A transcrição do trecho foi realizada manualmente com base na escuta do vídeo, buscando preservar as marcas de oralidade que constituem a materialidade própria da fala desse tipo de interação.

A SD1 corresponde ao trecho em que o sujeito-apresentador comunica ao público a suposta resolução do crime, acionando a memória e reconstruindo os acontecimentos que ocorreram antes do momento da fala. Essa sequência se caracteriza pela predominância de elementos que evidenciam um apelo emocional, colocando os telespectadores como interlocutores de uma notícia que traz informações inéditas. A sequência tem a presença de marcas de heterogeneidade mostrada, e é atravessada por outros discursos, como o policial e o jurídico.

SD1: Sujeito-apresentador: “Agora, vem cá. Acabei de receber a notícia aqui, seu Carlos, que a polícia civil disse agora pouco ter esclarecido o assassinato da sua filha. Foi um crime passionai, segundo a polícia, o assassino é um homem chamado Daniel, que tinha um relacionamento amoroso com o ex-namorado da Vitória. O Daniel teria contado com dois amigos, que o ajudaram a matar, a transportar o corpo da Vitória e, de acordo aí então com a apuração do repórter Bruno Tavares, os três homens estão escondidos numa área de mata em Cajamar, aqui na grande São Paulo. As buscas pelos três suspeitos já começaram e a gente então vai acompanhar os desdobramentos.”

Já a SD2 marca a virada da cena discursiva: nela, o sujeito-apresentador se dirige diretamente ao pai da mulher vitimada, instaurando um novo posicionamento. Aqui, a materialidade oral, que marca a entrevista ao vivo, evidencia deslocamentos e hesitações que se tornam constitutivos da própria interação. Esse trecho também nos permite observar o funcionamento do silenciamento – ao pai, diante do público – e da dessubjetivação, especialmente no modo como esse corpo é construído no discurso como signo da violência, estabelecendo uma imagem

de uma mulher-vítima como quase algoz de si mesma, e não como sujeito de direito.

SD2: Sujeito-apresentador: “O senhor estava sabendo disso, seu Carlos? Acabei de receber essa informação aqui, enquanto conversava com o senhor.”

Entrevistado: “Não... Eu não sabia de nada disso.”

Repórter (que estava presencialmente com o entrevistado, pai da vítima): “O senhor conhece algum Daniel?”

Entrevistado: “Não, não conheço ninguém com esse nome.”

Sujeito-apresentador: “Não conheceu Daniel nenhum então?”

Entrevistado: “Patrícia, será que dava para você repetir para mim, é... qual foi o motivo?”

Sujeito-apresentador: “Seria crime passional. Esse Daniel seria namorado do ex-namorado da sua filha, pelo que eu entendi. É, Daniel que tinha um relacionamento amoroso com o ex-namorado da Vitória. Ou seja, é um crime passional, em outras palavras (glosa). E o Daniel, este Daniel que o senhor disse que não conhece, teria então contado com a ajuda de dois amigos, para, infelizmente, matar e transportar o corpo da Vitória. Essas são as informações que chegaram para a gente nesse momento. Diz que eles estão escondidos numa área de mata de Cajamar, aqui em São Paulo. E as buscas pelos três suspeitos já começaram. A gente vai seguir acompanhando aqui, viu, seu Carlos?”

Entrevistado: “tá, obrigado.”

Sujeito-apresentador: “Acabamos de receber aqui enquanto eu conversava com o senhor, eu acabei de receber essa informação agora aqui ao vivo junto com o senhor enquanto a gente fazia essa... essa entrevista, qualquer novidade eu-eu chamo vocês aí. Tá, Mateus? - se referindo ao repórter - Seu Carlos, receba um forte abraço viu, meu, daqui meus profundos sentimentos pelo que aconteceu com a sua filha, tamanha... Crueldade, brutalidade, a gente vai aqui cobrar pra que essas pessoas sejam presas e punidas pelo o que fizeram com a sua filha, viu?”

A escolha da divisão entre SD1 e SD2 ocorre a fim de facilitar a análise do corpus e, também, permite-nos observar a tensão entre dois planos de temporalidade: o da memória (relato do crime) e do presente (notícia televisionada), ambos efeitos de um discurso jornalístico-midiático. Assim, não se trata, portanto, de interpretar o “que se quis dizer”, mas de se

analisar “como se diz” – ou seja, de investigar os modos do dizer, suas regularidades, silêncios, reformulações e efeitos de sentido, afinal, “a AD não procura o sentido “verdadeiro”, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica” (Orlandi, 2012, p. 57).

Gesto analítico

A SD1 é marcada por uma cadeia de enunciados nos quais o sujeito-apresentador fala ao pai da mulher vítima de feminicídio, em tempo real, sobre os desdobramentos envolvendo uma possível resolução do crime. Por um lado, observamos que a presença material do interlocutor (o pai da vítima de feminicídio) e a impossibilidade de reescrita própria da oralidade, conferem à interação o caráter próprio da imprevisibilidade existente em interações. Por outro, a condução do discurso pelo sujeito-apresentador evidencia um efeito de controle – assumindo um gesto quase didatizante – sobre aquilo que está sendo dito, como se esse sujeito detivesse as “certezas” sobre o crime.

Esse efeito é produzido, em grande parte, pela utilização de advérbios que funcionam como marcadores de temporalidade e certeza, operando na relação de aparente transparência entre linguagem e realidade. Tais advérbios, como “aqui” e “agora”, ao intensificarem o dizer, constroem a imagem de uma apuração objetiva e da notícia como verdade e o sujeito-apresentador como sujeito detentor dos fatos, da verdade. No entanto, como aponta Orlandi (2012, p. 51), “a linguagem não é transparente, os sentidos não são conteúdos”, de modo que esses advérbios não garantem a veracidade do enunciado, mas participam da produção de efeitos de sentido que reforçam a posição de autoridade do sujeito-apresentador.

SD1. a) “Acabei de receber a notícia aqui, seu Carlos, que a polícia civil disse agora há pouco ter esclarecido o assassinato da sua filha.”

Nessa sequência, observamos alguns funcionamentos que interessam à análise. Primeiro, podemos observar o uso do verbo “disse”, utilizado pela apresentadora quando passa a falar sobre o ocorrido ao pai da vítima. O uso desse verbo remete diretamente à polícia como fonte de informação. Essa remissão introduz uma forma de heterogeneidade mostrada marcada – conforme definida por Authier-Revuz (1998) –, na qual o outro comparece com marcas explícitas de citação, funcionando como legitimador do dizer do sujeito-apresentador.

Chama-nos a atenção, também, o uso do termo “esclarecido” para qualificar o assassinato. A combinação entre verbo e objeto “assassinato” produz um efeito de estranhamento, uma vez que o termo carrega consigo uma positividade associada à ideia de resolução, clareza e encerramento, contrastando com a brutalidade e a permanência da perda implicada à palavra “assassinato”.

Esse dizer produzido em um discurso jornalístico, que imaginariamente se propõe neutro, mobiliza sentidos específicos sobre o fato relatado, operando como gesto de regularização da violência. Como pontua Pêcheux (2014 [1975], p. 159), os discursos não apenas dizem algo sobre a realidade, mas constroem os modos de dizê-la, marcados por efeitos de evidência ideológica. O uso do item lexical “esclarecido”, nesse contexto, configura um apagamento simbólico da violência, pois desloca o foco da materialidade do feminicídio para a eficiência institucional. A ênfase sobre o caso ter sido esclarecido recai sobre a ação da polícia e o encontro com a audiência, e não sobre a mulher assassinada, já que tanto para essa vítima quanto para todas as outras mulheres nessa posição, o esclarecimento do crime não impede a continuidade da violência. Certamente, em nossa formação social, é mais importante que o caso seja solucionado do que

esquecido, no entanto, nossa reflexão revela que a espetacularização da violência não diminui a frequência dos acontecimentos nem previne que outras mulheres passem por cenas semelhantes. Dessa forma, o discurso assume um efeito de conclusão, no qual o foco se afasta da mulher vitimada, para se concentrar na atuação dos órgãos responsáveis pela possível resolução do crime. Mesmo sob ilusão de neutralidade, esse modo de relato tende a minimizar a materialidade da violência, privilegiando a percepção de resolução e eficiência institucional em detrimento das complexidades e tensões que cercam o crime.

Na sequência seguinte, observamos um tensionamento dos sentidos, a partir das marcas de heterogeneidade:

SD1. b) “Foi um crime passional, segundo a polícia, o assassino é um homem chamado Daniel, que tinha um relacionamento amoroso com o ex-namorado da Vitória.”

Ainda que o enunciado inicie (novamente) com uma fórmula de atribuição – “segundo a polícia” –, a forma como o sujeito-apresentador organiza as informações subsequentes dilui a separação entre a voz da instituição e a sua própria. Mais uma vez, temos um exemplo de heterogeneidade mostrada, na qual vozes alheias são incorporadas a partir da atribuição ao dizer do outro, que possui ainda mais autoridade. O sujeito-apresentador passa a reinscrever o discurso policial em seu dizer, produzindo um efeito de legitimação. O enunciado, ao circular mediado pela voz institucional, ancora-se no prestígio da instituição para sustentar-se, reforçando um efeito de homogeneização entre o discurso jornalístico e o discurso policial. O sujeito-apresentador, ao ocupar o lugar de autoridade sobre o dizer do outro, passa a atuar como um “tradutor” (Authier-Revuz, 1998) que reinscreve o discurso da polícia por meio de suas

próprias palavras.

Esse efeito se agravou pelo uso reiterado da expressão “crime passional”, que aparece mais uma vez ao longo da sequência. Tal formulação, embora antigamente recorrente na cobertura jornalística de casos de feminicídio, foi formalmente abandonada no âmbito jurídico – tanto pela Lei do Feminicídio (13.104/2015), quanto por diretrizes de abordagem da violência de gênero – que alertam para os riscos de eufemização e romantização da violência contra a mulher.

Ao ser retomada de forma naturalizada pelo sujeito-apresentador, a expressão é ressignificada. Através de uma memória discursiva, os sentidos sobre violência de gênero são reconstruídos: a mulher passa a ser “culpada” pelo seu próprio crime, uma vez que o homem pode ser movido pela paixão e pelo descontrole emocional. Como pontua Orlandi (2012, p. 42), “as palavras se organizam de acordo com redes de memória, de filiações, que fazem com que certos sentidos se repitam e se estabilizem”. Assim, mesmo em um cenário em que o discurso jurídico já recuse esse tipo de formulação, o discurso midiático atua como um arquivo que reatualiza e legitima sentidos já problematizados, reforçando o apagamento da materialidade da violência.

Esse movimento de reatualização também se evidencia na sequência

SD1. c) “Daniel teria contado com dois amigos, que o ajudaram a matar, a transportar o corpo da Vitória”

Um dos aspectos analisados nessa sequência diz respeito ao tempo verbal: o uso do futuro do pretérito confere um tom condicional, e produz um sentido de marcador de dúvida e distância frente à informação anunciada. Aqui,

vemos a contradição entre o tempo verbal e o que foi dito anteriormente com aparente certeza, através do enunciado “segundo a polícia”. O discurso do sujeito-apresentador oscila entre a atribuição de veracidade e o recuo, o que indica um gesto de reformulação e tentativa de preservação de uma imagem de neutralidade e descomprometimento.

O segundo aspecto analisado é a forma como a noção de corpo é construída discursivamente. Ao nos depararmos com o enunciado “transportar o corpo da Vitória” observamos a cisão entre corpo e sujeito. A mulher, antes identificada como filha, vítima, jovem, agora novamente tem sua materialidade física constituída e reduzida a um corpo. Seguindo Bocchi (2017, p. 1810), ao ser textualizado, o corpo passa a operar como suporte de inscrição simbólica, marcado por uma diferença escritural que o separa do sujeito ao qual pertence: “ao incorporar o relato verbal de violência, a inscrição textual aliena o sujeito de seu corpo”. No discurso midiático, essa operação de alienação é recorrente, e o corpo da mulher passa a figurar como objeto de interesse público, como catalisador da narrativa, e, muitas vezes, como espetáculo a ser instigado, desvendado, didatizado e pormenorizado. A violência então, não é apenas noticiada, mas reorganizada discursivamente em uma estética que valoriza o clímax e o relato.

Assim, na cena discursiva, a exposição do crime, ainda que circule sob a forma de denúncia, de um esclarecimento do fato ocorrido à sociedade, cujos culpados devam ser punidos, não deixa de operar sob lógicas de objetificação do corpo feminino. A exposição do corpo deixa de ser uma denúncia com potencial de mobilização e passa a constituir um padrão estético-discursivo, reiterado num movimento de espetacularização da dor, que se repete a cada novo caso, porque gera audiência, e serve à formação social.

Esse processo está atravessado por formações imaginárias (Pêcheux, 1997 [1969]) que sustentam o lugar da mulher como figura a ser olhada, narrada e interpretada pelo outro, e raramente como sujeito. Nesse sentido, o autor lembra que o sujeito não se dirige a um outro real, mas a um outro imaginado, projetado a partir das posições que ocupa. O sujeito-apresentador, ao construir sua narrativa, posiciona-se não apenas em relação ao pai da mulher vitimada, mas a uma audiência imaginada – informada, comovida, sedenta por sentido. A forma como esse dizer se organiza, com dispositivos lexicais que apagam a brutalidade e temporalidades verbais que oscilam entre certeza e suposição, revela a atuação de um funcionamento discursivo que não apenas descreve, mas ensina como se morre sendo mulher na formação social brasileira.

Como adverte Orlandi (2012, p. 39) “é na língua que a ideologia se materializa”, e no discurso jornalístico-midiático, essa materialização se faz na forma de narrativas repetidas, naturalizadas, que constituem o corpo feminino como signo da tragédia cotidiana, em um país onde a violência de gênero não cessa, mas se repete – e, ultimamente, também se assiste.

Enquanto a SD1 se organiza para um interlocutor “imaginário” e distanciado – a audiência televisiva –, a SD2 desloca o foco do discurso para um interlocutor real, presente e corpóreo, íntimo aos acontecimentos – o pai da vítima. Esse deslocamento ocasiona uma mudança nas condições de produção, mudando a posição do sujeito que fala, em relação a quem ouve e à forma como o dizer se organizava até então. Aqui, o “público” permanece como destinatário indireto, mas a encenação da interação se volta para um sujeito completo, que agora ocupa a cena.

Embora presente desde o momento inicial da fala da SD1, é na SD2 que temos a

primeira pergunta direcionando essa mudança.

SD2. a) “O senhor estava sabendo disso, seu Carlos?”

Aqui, o quadro deixa de ser apenas a narração de um fato e passa a ser uma interpelação direta, tendo um efeito duplo em que, ao mesmo tempo em que individualiza o interlocutor pelo uso do vocativo, também o expõe publicamente a uma situação de desconhecimento (ou eventual suspeita). Pode ser lido então como um gesto que carrega uma carga acusatória implícita, pois sugere que o pai poderia ter algum conhecimento prévio. Isso pois, de acordo com Pêcheux (1997 [1969], p.77) “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”, compreendidas tanto em sentido restrito, condizente às circunstâncias da enunciação, quanto em atenção às condições sociais, históricas e ideológicas na produção do dizer.

SD2. b) “Ou seja, é um crime passionai, em outras palavras”

O segmento é uma glosa que, na perspectiva de Authier-Revuz (1998), irá inscrever a heterogeneidade mostrada, na qual o sujeito-apresentador reformula o que acabou de dizer, assumindo o papel de intérprete de si mesmo e de outras vozes (polícia, repórter local), a fim de trazer maior credibilidade ao que se diz. Essa glosa cumpre uma função didática para a audiência, pois assegura que a mensagem seja recebida dentro do enquadramento ideologicamente estipulado, mas também exerce controle do sentido para o pai, restringindo interpretações alternativas ou até mesmo questionamentos.

O uso do termo “crime passionai” por

mais de uma vez, tanto na SD1, quanto na SD2, repete-se até que a causalidade implícita se naturalize tanto no entendimento do público, quanto do pai, que entende essa fórmula como um recurso narrativo justificado, que busca, mesmo através do uso de termos já retirados do vocabulário jurídico e policial, esclarecer um acontecimento de maneira facilitada, a fim de atingir um maior público e direcionar seu entendimento. Como observam Silva et al. (2022), a mídia frequentemente “ancora” crimes contra a mulher em explicações de ordem relacional-afetiva, o que desloca o foco do caráter estrutural da violência de gênero para motivações pessoais, reforçando estereótipos e inviabilizando a dimensão social do problema.

SD2. c) “Acabamos de receber aqui enquanto eu conversava com o senhor, eu acabei de receber essa informação agora aqui ao vivo junto com o senhor”

Podemos observar que o sujeito-apresentador recorre novamente ao uso de advérbios, numa certa repetição de dizeres (reiterando o explicitado na SD1a), inscrevendo tais elementos linguísticos na construção discursiva que insere o telespectador na cena, criando a impressão de que o acontecimento se desenrola no exato instante da enunciação. Essa discursivização dos advérbios provoca um efeito de exclusividade, reiterando que a emissora detém o fato antes de qualquer outro veículo, que esse fato foi “apurado” e está sendo veiculado ao telespectador antes de mais nada. Essa operação gera entretenimento e audiência a partir do crime.

Essa operação, contudo, não é neutra. Há uma repercussão espetacular, possibilitando-nos perceber que a mídia, como pontua Cyrre (2013, p. 43) “tem o poder de não só selecionar os acontecimentos [...] mas também de atualizar os sentidos veiculados para atender a interesses

ou a necessidade de consumo do público”. O emprego recorrente desses advérbios mobiliza uma temporalidade que é característica do espetáculo, e, sendo o texto nem “ponto absoluto de partida nem ponto absoluto de chegada” (Orlandi, 1998, p. 61), a análise da utilização de determinados elementos linguísticos é um movimento que reformula a materialidade linguística, deslocando tanto o corpo quanto a notícia ao lugar de mercadoria.

Considerações finais

No desenvolvimento das análises realizadas, e no batimento destas com o referencial teórico, conforme os pressupostos da teoria à qual nos inscrevemos, foi possível observar o funcionamento discursivo do discurso jornalístico, ao tratar de casos de feminicídio, revela como os sentidos produzidos não se restringem à dimensão informativa. Orlandi (1998, p.16) destaca que “a mídia é lugar de interpretação, ela rege a interpretação para mobilizá-la”, e é justamente nesse movimento que percebemos a dominância do discurso jornalístico-midiático: ao mesmo tempo em que aparenta narrar fatos de forma objetiva, institui modos de significar a violência contra a mulher, mobilizando sentidos que sustentam determinadas posições de sujeito, ao mesmo tempo em que silenciam outras, naturalizando saberes como se estivessem no sempre-já do discurso.

No percurso analítico, constatamos que as marcas de heterogeneidade, materializadas através das glosas, reformulações, repetições, que atuam na legitimação de determinados discursos – como o jurídico ou policial – em detrimento da voz em defesa das mulheres, demonstram a banalização da violência e a necessidade de manutenção de sentidos do corpo como um espetáculo que serve à audiência. Esses movimentos discursivos reiteram um imaginário ligado ao gênero, que inscreve a mulher em posições historicamente marcadas

pela subalternidade, pela vulnerabilidade e pela objetificação. Nesse sentido, a transcrição analisada, nas condições de produção descritas, reforça o caráter espetacularizador da morte de mulheres, ao mesmo tempo em que normaliza a recorrência da violência, contribuindo para a manutenção de práticas violentas em nossa formação social.

Nossa análise permitiu compreender de que modo a mídia, enquanto espaço privilegiado de circulação de discursos, regula interpretações e condiciona a produção de sentidos sobre casos de feminicídios. Contudo, não se trata de resultados fechados ou conclusivos, afinal, abrem-se novas possibilidades de reflexão e aprofundamento, especialmente no que diz respeito ao modo como tais discursos interferem na constituição de subjetividades.

Assim, a análise empreendida se propõe contribuir para o debate acerca da relação entre a AD, mídia e violência contra a mulher, apontando para a necessidade de problematizar criticamente os efeitos de sentido instaurados pelo discurso jornalístico. Esperamos, com isso, colaborar para reflexões mais amplas sobre o papel da linguagem na reprodução de desigualdades de gênero e para a necessidade de fortalecimento de discursos que visem não apenas à denúncia, mas também à transformação das práticas sociais que sustentam essa forma de violência.

Bibliografia

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990. Trad. Celene M. Cruz; João Wanderley Geraldi.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Palavras incertas. Trad. Claudia R. Castellanos Pfeiffer [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- BOCCHI, Aline Fernandes de Azevedo. Posições subjetivas em face da violência: traços constitutivos de memória em testemunhos de mulheres. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 1536-1547, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/issue/view/2445/82>. Acesso em: 17 ago. 2025.
- CYRRE, Magda Regina Lourenço. Reflexões sobre o discurso jornalístico: contribuições para interpretação. *Revista Entrelinhas*, v. 7, n. 1, jan./jun. 2013. ISSN 1806-9509. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/entrelinhas/article/view/1142/3398>. Acesso em: 16 ago. 2025.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 19ª edição — dados de 2024*. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/2025/09/anuario-2025.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2025.
- MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. 256 p.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012. 100 p.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PÊCHEUX, M. *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.

ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997 [1969].

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio (1975). Trad. Eni Puccinelli Orlandi [et al]. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. O discurso: estrutura ou acontecimento (1983). Campinas: Pontes, 1990.

SAFIOTTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SILVA, Silmara Dela. Efeitos de imbricação em discursos da/na mídia. *Tríade: Comunicação, Cultura e Mídia*, Sorocaba, SP, v. 9, n. 22, p. 47–63, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/triade/article/view/4902>. Acesso em: 3 abr. 2025.

SILVA, Silmara Cristina Dela. Pêcheux e a plurivocidade dos sentidos. In: *Anais do 1º SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Paineis/SilmaraCristinaDelaSilva.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2025.

SILVA, L. R. P. da; AZEVEDO, N. P. da S. G.; DARÓZ, E. P. A. A violência contra a mulher em discursos e práticas: (re)lendo Pêcheux. *Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, v. 7, n. 3, p. 294-320, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/56205>. Acesso em: 3 set. 2025.

Submissão: setembro de 2025.

Aceite: setembro de 2025.